

## 5. Considerações finais

Conclui-se que a ruptura com a ontologia política liberal não foi feita pela crítica. Dessa forma, os conceitos pós-positivistas são articulados pela crítica à paz liberal dentro uma lógica narrativa que reafirma o ideal de paz, de democracia, de direitos humanos, de autonomia, de bem-estar, que pode ser associado diretamente ao objeto da crítica, qual seja, a paz liberal.

A não ruptura com o liberalismo resulta na incoerência discursiva da crítica e apresenta barreiras epistemológicas e metodológicas ao projeto. Em primeiro lugar, a crítica discute o problema da diferença e da problemática universal / particular de maneira deficiente, fazendo ressalvas e apontando condições à inclusão da diferença que minam sua proposta inicial de inversão (ou até mesmo dissolução) da hierarquia.

Em segundo lugar, a crítica defende a contingência das culturas ao sugerir a não-romantização e propor que se volte o olhar para a prática no cotidiano, entretanto, não discutem até que ponto é possível acessar o (ou apreender o) ‘local’, nem a tensão entre a impossibilidade de engajamento com as subjetividades locais sem violência e a necessidade de se traduzir a cultura para fins pragmáticos de uma operação de *peacebuilding*.

Destaca-se também a inconsistência dos críticos da paz liberal aqui tratados com as aspirações da abordagem pós-estruturalista de contextualização e de desconstrução de conceitos e premissas ‘normalizados’. Entram em conflito com a retórica ao apresentar investigações que se resumem na busca pela origem das causas para os problemas da paz liberal e na proposição de soluções.

Ao propor soluções para o problema da perda de legitimidade das operações de *peacebuilding*, as críticas se aproximam da classificação teórica de *problem solving*. Com isso, os críticos oferecem um discurso que aspira à legitimação das intervenções, e não ao questionamento ético-normativo do papel do ‘internacional’ e do caráter de seu envolvimento nessas sociedades.

O apelo da crítica da paz liberal a conceitos teóricos como o hibridismo é arriscado, pois se sua proposta for realizada, o seu objeto de análise perde o sentido. Se o hibridismo rejeita a ideia de essência cultural e pressupõe doses de

assimilação e transformação mútuas a partir de encontros, o que consequentemente, altera as dinâmicas de poder, temos um paradoxo. Se do encontro, surgem híbridos cujas identidades se dissolvem a ponto de não se reconhecerem mais como ‘eu’ e ‘outro’, a intervenção, fundamentada na pressuposição da fraqueza do ‘outro’ que precisa de ajuda, é deslegitimada.

Se por outro lado, estabelece-se um limite para a acomodação das identidades e garante-se que as intervenções de *peacebuilding* sejam realizadas com o mínimo de rigor, a narrativa da paz híbrida acaba por não se distinguir de narrativas anteriores de ‘participação local’, em que convidam o ‘local’ a legitimar um projeto cujas bases já estão prontas.

Somado ao problema do reconhecimento pelo ‘local’ e pelo ‘internacional’ da autenticidade da paz criada, a normatividade da paz híbrida é explicitada pela quantidade de fórmulas oferecidas de como se construiria uma paz legítima, e é por isso que tem sido denominada aqui de proposta. Por fim, o caráter otimista dos críticos em relação ao desenvolvimento futuro das operações de *peacebuilding* revela uma noção progressista, um comprometimento ético específico e a exclusão de outras perspectivas não-modernas.

Quando a crítica condiciona e limita a resistência ‘local’ em prol de uma paz negociada como a paz híbrida, tal papel limitado do ‘local’ como agente transformador serve tão somente como instrumento discursivo legitimador das operações de *peacebuilding* planejadas e gerenciadas pelo ‘internacional’. Assim, cria-se um vácuo entre teoria e prática. Enquanto no discurso, a crítica à paz liberal almeja transcender a estrutura, suas práticas discursivas a reforçam.